

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
EDITAL NORMATIVO Nº 1/2020 – RP/SES-DF/2021, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

PROGRAMA

2 7 8

Multiprofissional em Saúde Mental Infanto-Juvenil
Serviço Social

Data e horário da prova: domingo, 6/12/2020, às 14h.

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno da prova objetiva contendo 120 (cento e vinte) itens – cada um deve ser julgado como CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere –; e
 - uma folha de respostas personalizada.
- Verifique se a numeração dos itens, a paginação do caderno da prova objetiva e a codificação da folha de respostas estão corretas.
- Verifique se o programa selecionado por você está explicitamente indicado nesta capa.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Nem vencer, nem perder, mas sim evoluir.

- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e o caderno da prova e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno da prova objetiva 3 (três) horas após o início da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunicar ao fiscal.
- Leia atentamente cada item e assinale sua resposta na folha de respostas.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo “U”

Serviço Social Itens de 1 a 120

As transformações sociais, econômicas e políticas, que ocorreram a partir do século 16 na chamada Europa moderna, expressaram-se na forma de crises nos diversos âmbitos da vida material, cultural e moral. O avanço do capitalismo como modo de produção dominante na Europa Ocidental foi desestruturando, com velocidade e profundidade variadas, tanto os fundamentos da vida material como as crenças e os princípios morais, religiosos, jurídicos e filosóficos em que se sustentava o antigo sistema. Marx, Durkheim e Weber, em suas respectivas abordagens teórico-metodológicas, debruçaram-se na tentativa de explicar o referido contexto.

QUINTANEIRO, T. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, com adaptações.

Considerando o texto apresentado a respeito das matrizes clássicas do pensamento social, econômico, filosófico e político, julgue os itens a seguir.

1. Para Marx, as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações.
2. Foi a presença muito significativa de protestantes de várias seitas entre os empresários e os trabalhadores qualificados, nos países capitalistas mais industrializados, que sugeriu a Durkheim a possibilidade da existência de algum tipo de afinidade particular entre certos valores presentes na época do surgimento do capitalismo moderno e aqueles disseminados pelo calvinismo.
3. Weber considera que, embora configurações burocráticas tenham existido no Egito e na China antigos, e seja também desse modo que se organize a Igreja Romana, é por excelência a forma do Estado moderno que assim expressa a racionalização da dominação política por parte dos grupos que o controlam, seja em uma sociedade capitalista ou em uma socialista.
4. Conforme Marx, a existência das classes sociais vincula-se a circunstâncias históricas específicas, quais sejam, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a apropriação privada das condições de produção.
5. A ocorrência de uma crise econômica ou de mudanças súbitas nas crenças vigentes em uma sociedade, segundo Weber, podem impedi-la de cumprir sua função reguladora, disciplinar e, desse modo, a condição de anomia vir a tornar-se normal.

A precarização do trabalho é um processo constitutivo do novo metabolismo social que se manifesta na reestruturação produtiva do capital e na formação do Estado neoliberal no Brasil.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *In: Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, dez. 2009, p. 188-197, com adaptações.

Em relação às feições do capitalismo neoliberal e considerando o texto motivador, julgue os itens a seguir.

6. A crescente substituição ou alteração do padrão produtivo taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos, é uma das tendências do contexto de reestruturação produtiva e crise estrutural do capital.

7. A crise no mundo do trabalho também se manifestou por meio de um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital, ou seja, o sindicalismo de esquerda passou a recorrer, cada vez mais frequentemente, à institucionalidade e à burocratização, que também caracterizam a social-democracia sindical.
8. Em um contexto de crise estrutural do capital, o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, consolida-se a partir da forte regulação neoliberal, estatizante e de cunho fortemente social.
9. A expansão do neoliberalismo a partir do final dos anos de 1970 e a consequente crise do Welfare State ocorreram simultaneamente a um processo de avanço e fortalecimento da social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal.
10. A reforma neoliberal, a partir do governo Collor, significou alterações substantivas na dinâmica da economia brasileira, embora não tenha afetado a forma de ser do mercado de trabalho.

Para compreender as mudanças na dinâmica do capitalismo, é necessário reconhecer o significado histórico das crises no seu desenvolvimento.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, com adaptações.

Acerca das transformações contemporâneas no padrão de acumulação, julgue os itens a seguir.

11. Os anos que se seguiram ao período de reconstrução do segundo pós-guerra, estendendo-se até os anos de 1970, nos países centrais, foram marcados por uma fase de expansão do capitalismo, caracterizada por altas taxas de crescimento econômico, ampliação de empregos e salários e uma forte intervenção do Estado.
12. A experiência do *Welfare State* no Brasil deu-se a partir dos anos de 1940, com a criação de algumas políticas embrionárias de proteção e assistência social.
13. O chamado pacto fordista-keynesiano possibilitou a incorporação das demandas trabalhistas, o aumento da produção e do consumo operário e o estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia.
14. A crise do Estado desenvolvimentista brasileiro ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, garantindo as condições para a implantação do pleno emprego no País.
15. Ao contrário do que ocorria no século 20, quando predominavam as concentrações operárias em uma mesma fábrica, cidade, região ou em um país, e expandiam-se os sistemas de seguridade social, o capitalismo contemporâneo prima por desterritorializar o trabalho e as mercadorias e por precarizar as condições e as relações de trabalho, afetando sobremaneira as circunstâncias de vida dos trabalhadores e a sua capacidade de organização e resistência.

Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações, constituíram as suas pré-condições.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996, com adaptações.

Quanto à formação social, política e econômica do Brasil, julgue os itens a seguir.

16. Os interesses de classe que estão na origem da burguesia brasileira estão intimamente conectados com os ideais revolucionários e reformistas da burguesia europeia, a partir do padrão europeu de transição para o capitalismo.
17. A ocorrência de reformas estruturais e a consolidação de uma autonomia comercial no contexto do capitalismo mundial são características fundamentais da chamada modernização conservadora no Brasil.
18. No Brasil, o desenvolvimento capitalista operou-se na contramão do atraso, mediante um processo de ruptura que tinha como horizonte superar o passado e criar estruturas mais complexas, funcionais e integradas.
19. O padrão produtivo com base no latifúndio da monocultura extensiva, tendo em vista a exportação, permaneceu hegemônico desde o período colonial, dando o tom e o lugar que o Brasil ocupou na divisão internacional do trabalho capitalista.
20. Foi próprio da formação social brasileira que os segmentos das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e nos centros políticos decisórios.

No palco da história do século 21, o novo ciclo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, com adaptações.

Com base na premissa apresentada no texto, julgue os itens a seguir.

21. A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da flexibilidade das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social.
22. A especificidade do liberalismo no Brasil possibilitou que os princípios liberais se forjassem na luta entre a burguesia ascendente e a classe da aristocracia latifundiária, cujo resultado se materializou em uma clássica e ordenada revolução industrial no País.
23. A atual inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita emergente em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprime um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, e atinge a formação do universo político-cultural das classes, dos grupos e dos indivíduos sociais.

24. Para alguns estudiosos, a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil ocorreu por caminhos que fogem ao modelo universal da democracia burguesa.
25. A expansão monopolista no Brasil fez-se mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional, aprofundando as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, com adaptações.

No tocante à produção e à reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, julgue os itens a seguir.

26. O capital, em seu movimento de valorização, produz mais visibilidade para o trabalho e para a supervalorização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso.
27. Toda forma de divisão do trabalho confere ao labor a forma de valor, o qual é uma determinada relação social tomada como coisa.
28. O valor de uso é a forma social do produto do trabalho, sua capacidade de ser trocado em determinada proporção por qualquer outro produto, indissociável, portanto, do fetiche, pois nessa sociedade as relações humanas assumem a forma de relações entre coisas.
29. O processo de reprodução do capital abrange tanto o processo direto de produção, quanto a fase de circulação, isto é, seu ciclo periódico que se repete sempre de novo e constitui a rotação do capital.
30. Existe uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

O estudo aprofundado das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, bem como a forma assumida pela divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora, entre vários outros elementos, permitiram recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea.

ANTUNES, Ricardo. Perenidade (e superfluidade) do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: SILVA, J. F. S. da. [et. al.] (Orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013. (Coletânea Nova de Serviço Social), p. 15-27.

No que concerne ao trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, julgue os itens a seguir.

31. A cada tempo histórico, as sociedades, mediante as relações de produção e reprodução social, foram capazes de atender às demandas pela produção de bens socialmente necessários por meio do trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana.

32. O ser social, a partir dos avanços e das conquistas que acumula no domínio e no controle da natureza, alcançou um nível de desenvolvimento e autonomia que é independente de sua base natural, que é a vida biológica.
33. O ser humano, por ser o único animal que fabrica os próprios instrumentos de trabalho, alarga as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados.
34. As novas formas de interpenetração existentes entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, que vêm sendo reduzidas no mundo contemporâneo, configuram-se como elementos capazes de demonstrar o modo contemporâneo da centralidade do trabalho.
35. Força de trabalho, na perspectiva marxiana, corresponde ao conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.

Analisar o Serviço Social brasileiro em suas orgânicas relações com a questão social e a desigualdade fundante que a constitui, no atual contexto de transformações estruturais e conjunturais que se processam sob a dominância do capital financeiro, é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa.

YASBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Revista Serviço Social*, Londrina, v. 21, n. 1, jul./dez. 2018, p. 183-194, com adaptações.

Considerando o fragmento do texto como referência inicial, no que tange ao Estado, à questão social e à sua relação com o Serviço Social, julgue os itens a seguir.

36. Uma concepção crítica a respeito do processo de profissionalização do Serviço Social entende que o aperfeiçoamento técnico da filantropia e a incorporação das tradicionais formas de ajuda pelo Estado, aliados à retração da produção e das relações sociais capitalistas, constituem as condições sócio-históricas da relação entre o Serviço Social, a questão social e o Estado.
37. Independentemente de um processo de organização política e de formação da classe trabalhadora, o reconhecimento da questão social, no cenário político da sociedade, tende a consolidar uma relação harmônica de cooperação e de conciliação de interesses entre a classe operária, a burguesia e o Estado.
38. Nos contraditórios tempos presentes, a questão social assume novas configurações e expressões que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, nas características étnico-raciais, nas mobilidades espaciais, nas formações regionais e nas disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.
39. A formação profissional em Serviço Social tem, na questão social, sua base de fundação sócio-histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social.
40. O tratamento analítico atribuído à questão social identifica-se com a situação social problema e com os problemas sociais, situando o complexo de suas causalidades sociais na figura do indivíduo e de sua consequente integração social.

Constatam-se algumas tendências problemáticas de referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos no âmbito da relação do Serviço Social com as organizações, os movimentos e as lutas sociais.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Movimentos sociais e Serviço Social: relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 177-194, com adaptações.

Acerca do tema do texto, julgue os itens a seguir.

41. Uma dessas tendências dá-se pela forte incorporação das premissas teóricas pós-modernas e pela decorrente leitura fragmentada e focalizada das lutas sociais, com o consequente tratamento de categorias com acentuado recurso ao ecletismo.
42. A recorrência às categorias gramscianas, como hegemonia, cultura e intelectual orgânico, como se fossem constitutivas dos fundamentos do exercício profissional, materializa uma dessas tendências, incorrendo na tênue fronteira entre profissão e militância política.
43. O enfoque nos espaços institucionais dos conselhos de direitos e na dinâmica de seu funcionamento, por exemplo, tende a fortalecer e valorizar os movimentos e as lutas no campo extrainstitucional.
44. Uma das tendências consideradas problemáticas é a incorporação da metodologia da educação popular para a formação e a atuação de assistentes sociais nas organizações, nos movimentos e nas lutas sociais, e isso ocorre, muitas vezes, sem as devidas problematizações de sua transposição direta, como metodologia, para a intervenção profissional.
45. A permanência do messianismo na atuação junto aos movimentos e às lutas sociais potencializa o alcance da intervenção profissional, reafirmando seu estatuto assalariado.

Ao longo dos anos de 1990, propagou-se, na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros, uma avassaladora campanha em favor de reformas.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. Biblioteca Básica de Serviço Social. v.2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, com adaptações.

Quanto à chamada contrarreforma do Estado, às políticas sociais e ao sistema de proteção social no Brasil, julgue os itens a seguir.

46. As ditas reformas estavam orientadas para o mercado, em um contexto no qual os problemas, no âmbito do Estado brasileiro, eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo País desde o início dos anos de 1980.
47. Os governos de orientação neoliberal buscaram construir arenas de debate e negociação na formulação de políticas públicas no contexto das reformas, propiciando amplos espaços para garantir a efetiva participação popular para a definição de suas prioridades e frentes de ação.
48. Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no País, nos anos de 1990, partiu-se da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata.

49. As reformas, tal como foram conduzidas no Brasil, acabaram tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública.
50. A implementação das reformas no Brasil encontrou um contexto em que as forças de resistência dos trabalhadores encontravam-se fortalecidas, articuladas e organicamente unificadas.

No capitalismo, ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. O orçamento público é, dessa forma, um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade buscando inserir seus interesses.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Revista Serviço Social*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan./jun. 2012, com adaptações.

A respeito do fundo público e do financiamento das políticas sociais no Brasil, julgue os itens a seguir.

51. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica.
52. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece mediante subsídios, desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital.
53. O orçamento limita-se a ser uma peça técnica e formal, ou seja, um instrumento de política econômica e de planejamento utilizado para o controle e o direcionamento dos gastos públicos e privados.
54. No Brasil, o orçamento é financiado pela taxação das grandes riquezas, via impostos sobre o patrimônio, a propriedade e os lucros, e por intermédio de tributos diretos, os quais possibilitam a redistribuição de recursos para os segmentos mais pauperizados da sociedade, por meio de programas de redistribuição de renda.
55. Um dos principais modos de realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, portanto, é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções.

As políticas que integram a seguridade social brasileira, longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____. (Org.) *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133-146.

Em relação às feições da seguridade social no Brasil, julgue os itens a seguir.

56. O momento político que marcou a definição da seguridade social na Constituição de 1988 pode ser reconhecido como expressão de resistência e autonomia dos setores progressistas da sociedade brasileira, sobretudo em virtude de um cenário internacional favorável a toda e qualquer iniciativa de intervenção social do Estado.

57. As classes dominantes invocam a política de assistência social como solução para combater a pobreza absoluta e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade, ao mesmo tempo em que exercitam a sua condição de classe dirigente.
58. A mercantilização e a privatização das políticas de saúde e previdência, dadas suas condicionalidades cada vez mais restritivas, materializam-se na restrição do acesso e dos benefícios que lhes são próprios.
59. A assistência social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social.
60. A privatização e a assistencialização da proteção social instituíram, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão-pobre, este último objeto da assistência social.

A formulação de políticas sociais tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: *Revista Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, com adaptações.

No que se refere aos temas de planejamento, de monitoramento e de avaliação nas políticas sociais, julgue os itens a seguir.

61. O programa é a menor unidade do processo de planejamento, ou seja, trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.
62. O plano é o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, de objetivos, estratégias e metas de um governo, de um ministério, de uma secretaria ou de uma unidade.
63. O planejamento, enquanto processo racional, dinâmico e contínuo, organiza-se por meio das seguintes operações: de reflexão, de decisão, de ação e de retomada da reflexão.
64. Considerando a importância do caráter político do planejamento, o domínio e a orientação do fluxo dos acontecimentos devem estar pautados exclusivamente no desenvolvimento da competência ético-política.
65. Quando entendida como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e classes sociais em cada contexto histórico, a análise das políticas sociais deve tentar superar enfoques restritos ou unilaterais, comumente utilizados para explicar sua emergência, suas funções ou suas implicações.

Área livre

As condições históricas que se articulam desde os anos de 1950 preparam o chão histórico que permite germinar o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Acerca da regulamentação profissional e do projeto ético-político do Serviço Social, julgue os itens a seguir.

66. Uma leitura idealista do projeto profissional encontra-se fundamentada no senso comum, romantizada, moralizada, travejada da visão religiosa do mundo, que redundando em um voluntarismo e messianismo, que naturaliza, desistoriciza e despolitiza a realidade social.
67. O Código de Ética de 1993 foi a primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras.
68. O projeto ético-político profissional do Serviço Social tem por fundamento a crítica da sociedade burguesa e da sua sociabilidade.
69. Os elementos éticos de um projeto profissional limitam-se ao seu quadro de normativas morais e às prescrições de direitos e deveres dos profissionais, ou seja, não estão relacionados, diretamente, às opções teóricas, ideológicas e políticas da profissão.
70. O projeto ético-político do Serviço Social tem, em seu núcleo, o reconhecimento da liberdade como valor ético central e vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e (ou) exploração de classe, de etnia e de gênero.

À primeira vista, o tema instrumentalidade no exercício profissional do (a) assistente social parece ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, por meio dos quais os (as) assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais propriamente ditos.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. In: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, "Capacitação em Serviço Social e Política Social". Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000, com adaptações.

A respeito da instrumentalidade do Serviço Social, julgue os itens a seguir.

71. Em relação ao debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, o instrumental define-se por constituir-se dos instrumentos e das técnicas, ao passo que esses, por sua vez, são entendidos como elementos que contribuem para a efetivação profissional.
72. Tanto a escolha do instrumento a ser utilizado quanto o domínio dele requerem que o (a) assistente social tenha consciência e conhecimento de suas finalidades e de seus objetivos, uma vez que os instrumentos fazem parte, exatamente, do processo de busca do alcance dessa finalidade.
73. Tendo em vista o debate quanto à instrumentalidade do Serviço Social, o conhecimento das técnicas é muito importante no uso dos instrumentos de trabalho do(a) assistente social, mas a técnica, em si mesma, não é capaz de garantir uma competência profissional.
74. A instrumentalidade do Serviço Social deve ser pensada exclusivamente como uma condição sócio-histórica da profissão no nível da instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês.

75. Reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês, sobretudo na redução da intervenção profissional à sua dimensão instrumental.

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o (a) assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, com adaptações.

No que concerne à condição do (a) assistente social como trabalhador assalariado, julgue os itens a seguir.

76. A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, impede que o trabalho profissional sofra a incidência dos dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores.
77. A força de trabalho do (a) assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista.
78. A natureza qualitativa do trabalho do(a) assistente social como especialização do trabalho coletivo mantém-se preservada nas diferentes inserções sócio-ocupacionais, ou seja, verifica-se que o significado social de seu processamento permanece idêntico, independentemente das diversas condições em que se realiza esse ofício.
79. Levando em conta o vínculo histórico e estrutural do trabalho do(a) assistente social com a assistência pública, a categoria tem um papel decisivo a desempenhar, no sentido de contribuir para assegurar e ampliar as conquistas já obtidas constitucionalmente, interferindo no seu processo de regulamentação legal.
80. O (A) assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho, vende a própria força de trabalho, ou seja, uma mercadoria dotada apenas de valor de troca expresso no salário.

Área livre

A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro.

BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

No que se refere aos fundamentos ontológicos da ética e às suas implicações no exercício profissional, julgue os itens a seguir.

81. É pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que uma ética fundada ontologicamente pode ser compreendida.
82. Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação.
83. A sociedade burguesa tende a valorizar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, daí a valorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético e ao relativismo cultural e político.
84. Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica, ou seja, ainda que não diretamente, mas por meio de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, mediante a difusão de valores que visam à adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante.
85. O projeto ético-político profissional do Serviço Social foi construído na trajetória da profissão, em confronto com o seu histórico conservador; logo, o campo do projeto profissional é a história, no qual ele nasce e desenvolve-se.

As raízes do conservadorismo ainda estão bem vivas no chão do Serviço Social, o que não poderia ser diferente, uma vez que uma profissão não é uma bolha e, assim como o conservadorismo tem encontrado espaço fértil para sua expressão na sociedade como um todo, encontra também espaço entre os (as) assistentes sociais.

CARDOSO, P. F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, dez. 2017, com adaptações.

Quanto ao avanço do conservadorismo e às questões éticas contemporâneas no Serviço Social, julgue os itens a seguir.

86. Tanto o reformismo social-democrata quanto o possibilismo neoliberal alimentam posições e intervenções que incorrem em práticas críticas, capazes de superar a focalização, a seletividade, a integração, o assistencialismo, o individualismo, a competitividade, o quantitativismo e o fortalecimento do capital humano.
87. A incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos ratifica o pluralismo como um dos princípios da profissão presentes no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares, e não deve ser entendida como um dos traços conservadores que encontram espaço na formação e no exercício profissionais.

88. No campo ideocultural, o avanço do fundamentalismo religioso e da intolerância acirra a discriminação, e variadas formas de opressão manifestam-se de maneira cada vez mais violenta, mas também impulsiona novas maneiras de manifestação, organização e defesa de direitos de grupos sociais historicamente explorados e oprimidos, como mulheres, jovens, negros e LGBTQI+.
89. O metodologismo, como uma das faces que expressa o conservadorismo no seio da profissão, ressurgiu sob a forma de ênfase no tecnicismo e no legalismo positivista, como elemento crucial na formação e na pesquisa, em detrimento do questionamento, da crítica, da grande política como elementos fundamentais do pensamento crítico.
90. O conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e, no momento presente, vem se reatualizando e fortalecendo-se por algumas determinações societárias, sem as quais não seria possível entender esse avanço do conservadorismo.

A pesquisa para o Serviço Social assume um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

No que tange à dimensão investigativa e à produção de conhecimento no Serviço Social, julgue os itens a seguir.

91. O domínio teórico-metodológico somente se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, isto é, dos fenômenos históricos particulares que são objetos do conhecimento e da ação do(a) assistente social.
92. Como uma mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre definitivo e total sobre os fatos sociais.
93. A preocupação com pesquisa no Serviço Social teve um significativo impulso nos anos de 1980, o que foi possível constatar por meio dos vários encontros nacionais de pesquisa e (ou) de pesquisadores em Serviço Social, realizados na referida década.
94. No âmbito do exercício profissional, a elaboração teórica é equivalente à sistematização da prática.
95. O caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências e das atribuições profissionais dos (as) assistentes sociais.

Área livre

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático.

JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 6. ed. Campinas: Alinea, 2017.

Com relação aos indicadores sociais, julgue os itens a seguir.

96. A construção de indicadores sociais, no âmbito das políticas sociais no Brasil, possibilita o estabelecimento de pautas no campo das agendas políticas, a qualificação dos debates públicos e o subsídio na tomada de decisões técnico-políticas.
97. O sistema de informações para diagnóstico, ação e controle do Ministério da Saúde é composto de vários registros administrativos, integrados em uma interface comum no sistema Datasus, como, por exemplo, estatísticas de mortalidade, programa de vacinações, notificação de nascimentos e informações produzidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.
98. Os indicadores são expressos como taxas, proporções, médias e índices, não sendo possível sua expressão em números absolutos.
99. O índice de desenvolvimento humano (IDH) pode ser considerado um índice social, construído a partir da combinação de indicadores mais simples, relacionados às áreas da saúde, da educação e da renda.
100. A relevância social da temática à qual o indicador se refere é um atributo fundamental para justificar sua produção e legitimar seu emprego no processo de análise, formulação e implementação de políticas.

Área livre

Acerca do processo de internação nos casos de saúde mental infantojuvenil, julgue os itens a seguir.

101. A internação voluntária é aplicável aos menores de 16 anos de idade.
102. Menores de 18 anos de idade e maiores de 16 anos de idade podem se internar voluntariamente, por serem relativamente capazes.
103. Nos casos de menores de 18 anos de idade e de maiores de 16 anos de idade, a vontade dos responsáveis não é substitutiva à vontade dos filhos para fins de anuência de tratamento.
104. A internação involuntária é aquela que ocorre a pedido de terceiro, porém sem a vontade do paciente e sempre com prévio laudo médico circunstanciado.
105. Mediante laudo médico circunstanciado, é cabível a internação involuntária de gestante adolescente, quando esta esteja colocando em risco iminente a vida do feto ou a própria em decorrência de transtorno mental.
106. É dispensável a manifestação do Ministério Público nos casos de internação compulsória de crianças e adolescentes.

Em relação aos direitos, à forma de tratamento e aos encaminhamentos na área de Saúde Mental de crianças e adolescentes, julgue os itens a seguir.

107. Não é necessário que menores de idade portadores de transtornos mentais fiquem em ambiente terapêutico diferenciado ao de tratamento de adultos.
108. Caso uma jovem de 17 anos de idade, do Distrito Federal, seja diagnosticada como em uso abusivo de substâncias psicoativas, deverá ser encaminhada ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).
109. Uma criança de 7 anos de idade que apresente transtorno mental moderado de substâncias psicoativas com humor predominantemente irritado e não demonstre resposta ao tratamento por dois meses será encaminhada ao CAPS AD.
110. Todos os serviços referenciados aos CAPS AD realizam atendimento de crianças e adolescentes, desde que ocorra encaminhamento pelo(a) assistente social.
111. Adolescento é um ambulatório especializado de acolhimento exclusivo de demandas espontâneas para transtornos mentais leves e esporádicos.
112. Para a Organização Mundial de Saúde, criança é a pessoa com idade entre 0 anos e 9 anos completos, e adolescente é a pessoa entre 10 e 19 anos de idade completos.
113. A rede de atenção psicossocial e todas as respectivas modalidades de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) podem atender a população infantojuvenil, dependendo da organização da rede do território.
114. Na saúde mental, a lógica da interdisciplinaridade exclui as responsabilidades e intervenção específica dos(as) profissionais de Serviço Social.

Área livre

Quanto aos atendimentos e à forma de encaminhamento ou orientação por parte do Serviço Social, julgue os itens a seguir.

115. Considerando-se que uma paciente demanda de acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório em uma unidade de acolhimento, o tempo de permanência é uma decisão do(a) assistente social, que pode avaliá-lo e reavaliá-lo em até um ano.
116. As unidades de acolhimento infantojuvenil são destinadas a crianças e adolescentes mediante acompanhamento dos respectivos familiares ou de um profissional de saúde.
117. Um adolescente apresentando quadro de abstinência poderá ser atendido pelo CAPS da região, visando-se a uma primeira avaliação e para posterior atendimento e acompanhamento.
118. Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes devem se pautar na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, assim como na convivência familiar e comunitária.
119. Provisoriedade, excepcionalidade e garantia de acesso e respeito à diversidade e a não discriminação são princípios que devem ser observados quando houver a necessidade de se realizar acolhimento institucional de crianças e adolescentes.
120. No atendimento em saúde mental, a integração e a cooperação intersetorial são relevantes para que a criança e o adolescente em transtorno mental possam ter as respectivas necessidades atendidas enquanto sujeitos integrais.

Área livre

Área livre